

Evidence Previdência S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Para o Santander, ambos os fatores mantiveram as condições financeiras globais distante de seus melhores momentos e continuaram a pesar sobre o desempenho das economias emergentes. Na visão do Banco, essa pressão afetou menos intensamente os ativos da economia brasileira, já que seus fundamentos externos continuam sólidos (alto volume de reservas internacionais e investimentos estrangeiros, além de baixos déficits em conta corrente e nível de endividamento externo). Na análise do Banco, a combinação desses fatores explica parte da apreciação do Real observada ao longo dos últimos meses. O Banco Santander salienta que atribui um viés otimista em relação à percepção de risco do Brasil, tendo em vista a expectativa crescente sobre a realização dos ajustes fiscais necessários. Contudo, o Banco pondera que o ambiente internacional ainda deverá ser fonte de preocupação, com novos eventos importantes já programados e com potencial de adicionar nervosismo aos mercados, tais como a conclusão do processo de saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit) e a eleição presidencial na Argentina. Nesse contexto, o Santander acredita na possibilidade de que o ambiente internacional acabe se sobrepondo levemente ao quadro doméstico e provoque elevação branda do risco-país. Dessa forma, o Banco Santander projeta uma taxa de câmbio de 4,00 R\$/US\$ para o final de 2019. Com relação à atividade econômica, o Santander vier ser confirmada sua percepção de que a deterioração do balanço de riscos na economia internacional e as incertezas em relação ao cenário local influenciarão negativamente as decisões de empresários e consumidores, o que levou à manutenção de ritmo bastante brande nos últimos três meses de 2018. Isto levou o Banco a revisar novamente sua projeção de crescimento da economia na brasileira em 2018, de 1,5% para 1,3%. Em que pesa essa manutenção de expansão branda da economia brasileira nos últimos meses, a expectativa do Santander para o PIB em 2019 ainda é de crescimento por volta de 3,0% - houve mudança marginal frente à projeção anterior de 3,2% - por conta dos sólidos fundamentos macroeconômicos ainda presentes e dos consistentes saltos registrados pelos indicadores de confiança dos consumidores e empresários nos últimos meses. O Banco reforça que a inflação permanece controlada (encerrou 2018 abaixo da meta e deverá repetir o feito em 2019), as contas externas estão equilibradas e há indícios crescentes de melhora no mercado de crédito. Por todos esses fatores, o Santander espera manutenção da taxa Selic em patamares baixos por bastante tempo, já que as expectativas de inflação seguem contidas e o nível de ociosidade da economia está bastante elevado. De fato, o Santander projeta elevação da taxa básica de juros somente em 2020. A expectativa do Banco é de manutenção da Selic em 6,50% em 2019. Essas projeções de crescimento, inflação e juros baixos do Banco Santander têm como premissa a continuidade da agenda de reformas na economia brasileira, sobretudo no campo fiscal. Então, o Santander reitera a avaliação de que a disposição e o comprometimento do governo eleito em buscar a estabilização da dívida pública, bem como de manter uma política econômica sustentável, serão fundamentais para que o país atinja um desenvolvimento econômico e social de longo prazo.

Desempenho Econômico-Financeiro

A Evidence atingiu no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, um prejuízo no valor de R\$74.767 (2017 - lucro líquido no valor de R\$41.457), patrimônio líquido de R\$208.045 (31/12/2017 - R\$282.798) e provisões técnicas de previdência complementar de R\$1.797.008 (31/12/2017 - R\$1.587.600).

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Notas Explicativas	31/12/2018	31/12/2017	
Ativo Circulante Disponível	4&14.c	1.828.998	1.652.086
Caixa e Bancos	288	1.331	
Aplicações	5	1.785.318	
Títulos de Renda Fixa		1.774.894	
Cotas de Fundo de Investimento		10.424	
Créditos das Operações com Previdência Complementar	176	-	
Valores a Receber	176	-	
Títulos e Créditos a Receber	43.216	38.171	
Títulos e Créditos a Receber		43	
Créditos Tributários e Previdenciários	6	43.173	
Despesas Antecipadas	-	72	
Ativo não Circulante	242.643	258.362	
Ativo Realizável a Longo Prazo	242.643	258.362	
Aplicações	5	242.567	
Títulos de Renda Fixa		247.900	
Títulos e Créditos a Receber	76	10.462	
Créditos Tributários e Previdenciários	6&13.a	76	
Total do Ativo	2.071.641	1.910.448	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Notas Explicativas	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal			
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	250.000	126	518	26	250.670
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-	-	-	517	517
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	41.457	41.457
Proposta para Distribuição do Resultado:					
Reserva Legal	9.c	2.073	-	-	(2.073)
Dividendos	9.d	-	-	-	(9.846)
Reserva para Equalização de Dividendos	9.b	-	29.538	-	(9.846)
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	250.000	2.199	30.056	543	282.798
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-	-	-	14	14
Prejuízo do Indireto do fluxo de caixa e modelo de publicação das demonstrações financeiras das sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar	-	-	-	(74.767)	(74.767)
Absorção de Prejuízo pelas Reservas de Lucros	-	(2.199)	(30.056)	-	32.255
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	250.000	-	-	557	208.045

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

A Evidence Previdência S.A. (Evidence ou Companhia), subsidiária integral da Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap) (Nota 14.b), é uma sociedade por ações com duração por prazo indeterminado, com sede social na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235, 22º Andar - Bloco A (Parte) - Vila Olímpia - São Paulo - SP. Integrante do Conglomerado Santander e que tem como objeto social a instituição e operação de planos de benefícios de caráter previdenciário concedidos em forma de renda continuada ou pagamento único, acessíveis a quaisquer pessoas físicas. As operações da Evidence são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander). Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade. No âmbito operacional, a Evidence possui por finalidade exclusiva administrar carteira de planos de previdência complementar denominados Tradicionais e Fundos Garantidores de Benefícios (FGB), sendo certo que a referida carteira se encontra em fase de esvaziamento (*runoff*). A carteira FGB está encerrada para comercialização e não faz parte da estratégia da Evidence comercializar novos planos.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Evidence foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela SUSEP que visam a harmonização das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP 517 de 30 de julho de 2015 e alterações posteriores, que entrou em vigor a partir da data de sua publicação no dia 11 de agosto de 2015, que instituiu o novo plano de contas, a possibilidade de escolha entre o método direto ou indireto do fluxo de caixa e o modelo de publicação das demonstrações financeiras das sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram autorizadas pela Diretoria Executiva na reunião realizada em 26 de fevereiro de 2019.

a) Adoção de Novas Normas e Interpretações

A Evidence adotou o CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes (IFRS 15), que entrou em vigor a partir de 1 de janeiro de 2018.

CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes

Foi emitido em maio de 2014 e é aplicável para relatórios anuais com início em 1 de janeiro de 2018. Esta norma específica como e quando será reconhecida a receita, bem como a exigência de que as Entidades forneçam aos usuários, em suas demonstrações financeiras, maior nível de informação e com notas explicativas relevantes. A norma traz cinco princípios básicos a serem aplicados a todos os contratos com clientes, sendo eles: i) identificar o contrato com o cliente; ii) identificar as obrigações de execução estabelecidas no contrato; iii) determinar o preço de transação; iv) alocar o preço de transação às obrigações de execução e v) reconhecer a receita no momento em que (ou à medida em que) a entidade cumprir uma obrigação de execução.

O princípio básico do CPC 47 consiste em que uma entidade reconhece receitas para descrever a transferência de produtos ou serviços prometidos a clientes por um valor que reflete a contraprestação a que a entidade espera ter direito em troca desses produtos ou serviços.

Após análise, foi possível concluir que não houve impactos significativos nas receitas reconhecidas até 31 de dezembro de 2017, bem como a partir da adoção da nova norma em 1 de janeiro de 2018.

b) Normas e Interpretações que Entrarão em Vigor após 31 de Dezembro de 2018

Na data de preparação destas demonstrações financeiras, as seguintes normas e interpretações que possuem data de adoção efetiva após 31 de dezembro de 2018 e ainda não foram adotadas pela Evidence são:

1. CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9)

Este novo pronunciamento ainda não foi referendado pela SUSEP. Adicionalmente, o pronunciamento concedeu para as entidades supervisionadas pela SUSEP uma isenção temporária para aplicação desta norma, visando implantar estas mudanças em conjunto com o novo pronunciamento sobre contratos de seguros "CPC 11 - Contratos de Seguros (IFRS 17)" são:

a) Classificação de Instrumentos Financeiros

O critério de classificação dos ativos financeiros dependerá tanto do modelo de negócio para sua gestão como as características dos fluxos de caixa contratuais. Com base no supracitado, um ativo financeiro será classificado como i) custo amortizado, ii) valor justo afetando o resultado ou iii) valor justo afetando o patrimônio líquido. O CPC 48 estabelece outras opções de designar um instrumento a valor justo afetando o resultado sob certas condições.

1.b) Modelo de Impairment por Risco de Crédito

A principal novidade em relação às regras atuais é que a nova norma contábil introduz o conceito de perda esperada frente ao modelo atual (CPC 38) com base na perda incorrida.

Perímetro de Aplicação

O modelo de *impairment* de ativos do CPC 48 aplica-se sobre os ativos financeiros classificados nas categorias mensurados a custo amortizado, instrumentos de dívida mensurados ao valor justo afetando o resultado abrangentes, além da contraprestação de arrendamento, bem como os riscos e compromissos contingente não mensurados ao justo valor e disponibilidade de linhas de crédito.

Classificação de Instrumentos Financeiros por Estágios

A carteira de instrumentos financeiros sujeitos a *impairment* será dividida em três categorias, com base no estágio de cada instrumento relacionado ao seu nível de risco de crédito.

Estágio 1: entende-se que um instrumento financeiro nesta fase não tem um aumento significativo no risco desde seu reconhecimento inicial. A provisão sobre este ativo representa a perda esperada resultante de possíveis não cumprimentos no decorrer dos próximos 12 meses da data do reporte.

Estágio 2: se houver um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, sem ter materializado deterioração, o instrumento financeiro será enquadrado dentro deste estágio. Neste caso, o valor referente à provisão para perda esperada por *default* refletirá a perda estimada da vida residual do instrumento financeiro. Para a avaliação do aumento significativo do risco de crédito, serão utilizados os indicadores quantitativos de medição utilizados na gestão normal de risco de crédito assim como outras variáveis qualitativas, tais como a indicação de ser uma operação não deteriorada se considerada como refinanciada, ou operações incluídas em um acordo especial.

Estágio 3: um instrumento financeiro é registrado dentro desta fase, quando ele mostra sinais de deterioração aprofundada como resultado de um ou mais eventos que já ocorreram e que se materializarão em uma perda. Neste caso, o valor referente à provisão para perdas reflete as perdas esperadas por risco de crédito ao longo da vida residual esperada do instrumento financeiro.

Metodologia de Estimação de Impairment

A mensuração da perda esperada se realiza por intermédio dos seguintes fatores:

- Exposição à inadimplência (EAD): é o valor da transação exposta ao risco de crédito, incluindo a relação de saldo atual disponível que poderiam ser fornecidos no momento da inadimplência. Os modelos desenvolvidos incorporam premissas sobre as mudanças no cronograma de pagamento das operações.

- Probabilidade de inadimplência (PD): é definido como a probabilidade de que a contraparte pode não cumprir as suas obrigações para pagar o principal e/ou juros. Para efeitos do CPC 48 serão considerados anos: PD-12 meses, que é a probabilidade de que o instrumento financeiro entre em *default* durante os próximos 12 meses bem como a PD - *lifetime*, que considera a probabilidade de que a operação entre em *default* até a data do balanço e a data de vencimento residual da operação. A norma exige que as informações futuras relevantes para a estimativa desses parâmetros devam ser consideradas.

- Perdas por inadimplência (LGD): é a perda resultante no caso de incumprimento, ou seja, a porcentagem de exposição que não deverá ser recuperada em caso de inadimplência. Dependendo, principalmente, da atualização das garantias associadas à operação, que são considerados mitigação de riscos associados a cada ativo financeiro e os fluxos de caixa futuros esperados a ser recuperado. Conforme estabelecido na normativa, deve ser levada em conta informação futura para sua estimativa.

- Taxa de desconto: é a taxa que aplicada aos fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do ativo, iguala o valor presente líquido do instrumento financeiro ao seu valor contábil. Em geral, não se deve levar em conta o cálculo a taxa de desconto, as perdas esperadas por *default* quando da estimativa de fluxos de caixa futuros, exceto nos casos em que o ativo é considerado não recuperável, no qual a taxa de juros aplicada levará em consideração tais perdas e a taxa efetiva de juros é ajustada pelo

risco de crédito. Para a estimativa dos parâmetros supracitados, a Evidence tem aplicado a sua experiência no objetivo de demonstrar maior transparência e informações úteis nas demonstrações financeiras, sendo uma das principais mudanças o reconhecimento dos lucros a medida da entrega dos serviços de seguros, afim de avaliar o desempenho das seguradoras ao longo do tempo. Este pronunciamento ainda está em processo de aprovação da SUSEP.

c) Estimativas Contábeis

Os resultados e a determinação do patrimônio são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos Administradores da Evidence na elaboração das demonstrações financeiras. A Evidence faz estimativas e utiliza premissas que podem impactar os valores informados de ativos e passivos dos próximos exercícios. Todas as estimativas e suposições requeridas são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável e se referem, basicamente, aos seguintes fatores:

- Mudanças nas taxas de juros;
- Mudanças nos índices de inflação;
- Regulamentação governamental e questões fiscais;
- Processos ou disputas judiciais e administrativas adversas;
- Riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de seguros e previdência;
- Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro;
- Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional; e
- Mudanças no comportamento da carteira no que se refere a mortalidade, sobrevivência e invalidez.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras da Evidence estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação.

b) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência. As contribuições de planos previdenciários são reconhecidas no resultado quando do seu efetivo recebimento, exceto com relação às contribuições de riscos, que são reconhecidas pelo início da vigência do risco.

c) Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, contemplam as variações monetárias ou cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, reconhecidos *pro rata* dia. Os rendimentos e encargos prefixados são demonstrados como redução dos ativos e passivos a que se referem. Quando aplicável, são constituídas provisões para redução dos ativos ao valor de mercado ou de provável realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no ativo circulante.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações financeiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original ou inferior a noventa dias.

e) Avaliação de Ativos e Passivos Financeiros

Definições e Classificação dos Instrumentos Financeiros

i. Definições

"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a Evidence e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade. "Instrumentos de Patrimônio" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade, exceto os direitos de distribuição totalidade de seu passivo.

"Derivativo financeiro" é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou *rating* de crédito), no qual o investimento inicial é muito baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros com resposta similar às mudanças dos fatores de mercado, e geralmente é liquidado em data futura.

ii. Classificação dos Ativos e Passivos Financeiros para fins de Mensuração

Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração, salvo quando é obrigatória sua apresentação como "outros valores e bens" ou se forem referentes à "caixa e equivalentes de caixa" e "participações societárias", os quais são contabilizados separadamente.

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado); essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de *hedge*;
- Outros ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: essa categoria inclui os ativos financeiros híbridos não mantidos para negociação e totalmente mensurados ao valor justo, com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente as inconsistências de reconhecimento ou mensuração (divergências contábeis) derivadas da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento dos ganhos ou das perdas com eles em bases diversas, seja porque há um grupo de ativos financeiros ou passivos financeiros, ou ambos, que é gerido e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo, de acordo com uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento.

Estão submetidos em caráter permanente, a um sistema integrado e consistente de mensuração, gestão e controle de riscos e relatórios, o qual permite o monitoramento e a identificação de todos os instrumentos de risco e a verificação da redução efetiva do risco. Os ativos financeiros somente podem ser incluídos nessa categoria na data em que são adquiridos ou originados.

Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo. Esta categoria inclui os instrumentos de dívida não classificados como "investimentos mantidos até o vencimento", "empréstimos e recebíveis" ou "ativos financeiros ao valor justo no resultado". Rendimentos decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas por não recuperação, os quais são reconhecidos no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por não recuperação, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

Os acionistas terão direito a receber em cada exercício, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, de no mínimo 1%.

A Assembleia Geral poderá, de acordo com proposta da Diretoria, destinar à formação de Reserva para Equalização de Dividendos, que será limitada a 100% do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo que, uma vez atingido esse limite, poderá deliberar sobre o saldo, procedendo a sua distribuição aos acionistas ou ao aumento do capital social, e/ou reter parcela dos lucros visando atender as necessidades de aplicação de capital estipuladas em orçamento geral da Evidence. O limite destinado para a formação da reserva para equalização de dividendos, foi alterado de 50% para 100% do valor do capital social, na Assembleia Geral Extraordinária de 29 de março de 2018. Os lucros não destinados deverão ser distribuídos como dividendos.

Perspectivas

A Evidence manterá o contínuo foco na qualidade de atendimento aos clientes, na gestão de custos operativos e na qualidade e solidez do balanço. A principal estratégia é a manutenção dos negócios através da qualidade nos serviços que contribuíram de maneira positiva com nossos clientes, acionistas e com o desenvolvimento do mercado brasileiro de Previdência Complementar.

Outras Informações

A política de atuação da Evidence na contratação de serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. A Evidence informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não foram prestados por PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, ou não enquadrados nos serviços de auditoria independente das Demonstrações Financeiras. Ademais, a Evidence informa que a PricewaterhouseCoopers dispõe de procedimentos, políticas, controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos clientes, acionistas e parceiros de negócios pela confiança em nossa administração, pela sua decisiva contribuição para a conquista dos resultados da Evidence.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019.

A Diretoria Executiva

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Notas Explicativas	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Contribuições para Cobertura de Riscos	2.012	2.118
Variações das Provisões Técnicas de Prêmios	4	4
Prêmios Ganhos	2.016	2.122
Smintros Ocorridos	(2.363)	(3.716)
Rendias de Contribuições e Prêmios	24.763	24.763
Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder	(10.712)	(14.560)
Receitas de Contribuições e Prêmios de VGBL	9.746	10.203
Varição de Outras Provisões Técnicas	(85.358)	(45.055)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(102)	(69)
Despesas Administrativas	10	(2.691)
Despesas com Tributos	11	(7.794)
Resultado Financeiro	12	59.112
Resultado Operacional	(27.454)	69.581
Resultado antes dos Impostos	(27.454)	69.581
Imposto de Renda	13.f	(29.561)
Contribuição Social	13.f	(17.752)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	(74.767)	41.457
Nº de Ações (Mil)	9.a	12.591.172
Lucro Líquido (Prejuízo) por Ação - R\$ (Mil)	(0,0059)	12.591.172

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Notas Explicativas	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	(74.767)	41.457
Outras Receitas (Despesas) Reconhecidas	14	517
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Ativos Financeiros		
Disponíveis para Venda	5.c	23
Efeitos Tributários sobre Ajustes de Avaliação Patrimonial - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	13.e	(9)
Resultado Abrangente do Exercício	(74.753)	41.974

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Notas Explicativas	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Atividades Operacionais		
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	(74.767)	41.457
Ajustes para:	45.706	25.080
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

f) Contribuições de Previdência

As contribuições de riscos de previdência complementar são apropriadas ao resultado, independentemente de estarem vigentes. As contribuições para planos de previdência complementar são reconhecidas quando de seu efetivo recebimento. As contribuições de riscos são apropriadas pela vigência do risco, *pro rata* dia.

g) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Constituída para os créditos vencidos acima de 60 dias, para fazer frente às eventuais perdas na realização de alterações posteriores, no período entre a emissão e o início de vigência, o cálculo da provisão é efetuado considerando o período de vigência igual ao prazo da vigência do risco.

h) Provisões Técnicas Relacionadas às Atividades de Previdência

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na Resolução CNSP 321/2015 e Circular SUSEP 517/2015 e alterações posteriores.

i) Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG)

A PPNG é constituída pelas parcelas dos prêmios líquidos de seguro cedido, correspondentes aos períodos de riscos não decorridos das apólices, calculada *pro rata* dia. Conforme a Circular SUSEP 517/2015 e alterações posteriores, no período entre a emissão e o início de vigência, o cálculo da provisão é efetuado considerando o período de vigência igual ao prazo da vigência do risco.

j) Provisão de Prêmios não Ganhos - Riscos Vigentes e não Emitidos (PPNG-RVNE)

A PPNG-RVNE tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos já assumidos mas que ainda não possuem as respectivas apólices emitidas. A Evidence estima esta provisão com base no comportamento histórico das emissões em atraso, conforme Nota Técnica Atuarial (NTA).

k) Provisão Matemática de Benefícios a Conceder e Concedidos (PMBAC e PMBC)

As PMBAC são constituídas a partir das contribuições arrecadadas através do regime financeiro de capitalização. As PMBC representam as obrigações assumidas sob a forma de planos de renda contínua, sendo constituídas através de cálculo atuarial para os planos dos tipos tradicional.

l) Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

A PSL é constituída com base nos valores recebidos pela Evidence, relativos a pagamentos únicos e rendas vendidas, de sinistros avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de seguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de seguro cedido. O fato gerador da baixa da provisão decorrente de pagamento, se caracteriza quando da liquidação financeira, do recebimento do comprovante de pagamento da indenização, pecúlio ou renda vendida, ou conforme os demais casos previstos em Lei.

m) Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR)

A IBNR deve ser constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base de cálculo. Para fins de descrição da metodologia, adotamos o termo "sinistro" para delimitar todos os sinistros e benefícios dos planos de risco de previdência. A Evidence não dispõe de base de dados suficiente para a elaboração de metodologia própria, desta forma, é utilizado os procedimentos técnicos definidos na Circular SUSEP 517/2015 e alterações posteriores.

n) Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)

A PDR é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros. Para os planos estruturados no regime financeiro de repartição simples e repartição de capitais de cobertura, a provisão abrange as despesas, alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios, em função de sinistros ocorridos, avisados ou não.

o) Provisão de Excedente Financeiro (PEF)

A PEF abrange os valores de excedentes financeiros provisionados, a serem utilizados de acordo com o regulamento do plano. Esta provisão é calculada considerando-se a rentabilidade dos investimentos realizada versus a rentabilidade garantida em cada plano.

p) Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)

Abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, as devoluções de contribuições ou prêmios ou as portabilidades solicitadas e que por qualquer motivo, ainda não foram efetuadas.

q) Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR)

A IBNR deve ser constituída quando for observada insuficiência nas provisões técnicas decorrente da realização do Teste de Adequação de Passivos (TAP).

r) Tábuas, Taxa de Juros e Carregamento

Não há produção de tábuas atuariais comercializadas atualmente pela Evidence, sendo administrados apenas os planos dos tipos tradicional.

j) Resseguros

Os prêmios de resseguros pagos são reconhecidos no período onde inicia o contrato de resseguro e inclui estimativas onde o valor não pode ser determinado no final do período de divulgação.

Um ativo de resseguro é reconhecido para refletir o montante estimado que será recuperado do contrato de resseguro relacionado aos sinistros ocorridos. O montante recuperado do ressegurador é inicialmente mensurado com as mesmas bases da provisão do sinistro. O montante a ser recuperado é reduzido quando tem uma clara evidência que o valor reconhecido inicialmente não será recuperado.

A PEF abrange os valores de excedentes financeiros provisionados, a serem utilizados de acordo com o regulamento do plano. Esta provisão é calculada considerando-se a rentabilidade dos investimentos realizada versus a rentabilidade garantida em cada plano.

k) Teste de Adequação do Passivo (TAP)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, conforme determinado pela Circular SUSEP 517/2015 e Alterações posteriores, a adequação das provisões técnicas constituídas foram avaliadas através do TAP.

O TAP é realizado, a adequação de provisão e verifica se as provisões técnicas registradas, líquidas de custos de caixa futuros dos contratos e ativos intangíveis relacionados, estão adequadas às estimativas correntes dos fluxos de caixa futuros dos contratos e certificados em vigor na data-base desta demonstração. Os fluxos de caixa foram estimados em períodos mensais para a carteira de risco.

Para a realização do TAP a Evidence agrupou as linhas de negócios com características semelhantes de risco e utilizou como premissas técnicas a Tábua de Sobrevivência BR-EM5 com experiência de sobrevivência e premissas realistas de morbidade, sinistralidade, resgate e conversão em renda que melhor refletissem a experiência atual observada para a carteira.

A carteira de ativos apresenta uma taxa de juros de aproximadamente 6,0% a.a. e 4,4% a.a., e o passivo apresenta uma taxa garantida de taxa de mercado de aproximadamente 6,0% a.a. e indexador contratado.

Para o desconto dos fluxos de caixa projetados foi utilizada estrutura a termo da taxa de juros livre de risco definidas pela SUSEP e conforme o indexador contratado, o desconto baseou-se na alternativa metodológica de estimação da estrutura a termo da taxa de juros.

Em 31 de dezembro de 2018, o TAP indicou a necessidade de um saldo de Provisão Complementar de Cobertura (PCC) no valor de R\$215.754 (31/12/2017 - R\$130.307) (Nota 8) para os planos do tipo FGB.

l) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS (0,65%) e a COFINS (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As empresas de previdência podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e COFINS são registradas em despesas com tributos.

m) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20%, aplicados sobre o lucro líquido, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20%, aplicados sobre o lucro líquido, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei 13.169/2015 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 675/2015).

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado de acordo com o período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 13.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram considerados caixa e equivalentes de caixa os saldos correspondentes às disponibilidades.

5. Aplicações

a) Composição por Classificação

	31/12/2018				
	Taxa de Juros Contratada - %	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado no Patrimônio Líquido	Valor Contábil	% do Total
Ativos Financeiros					
Valor Justo por Meio do Resultado					
Títulos Públicos		1.625.170	159.636	- 1.774.802	88,0%
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	100% SELIC	59.899	1	- 59.900	3,0%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	IPCA + 4,55% a 6,70% a.a.	336.490	21.317	- 357.807	17,6%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-C	IGPM + 3,81% a 9,0% a.a.	1.218.357	138.318	- 1.356.675	66,9%
Títulos Privados		10.424	-	10.424	0,5%
Cotas de Fundo de Investimento	-	10.424	-	10.424	0,5%
Disponíveis para Venda		242.151	-	928 243.079	12,0%
Títulos Públicos		242.151	-	928 243.079	12,0%
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	100% SELIC	231.606	-	(21) 231.585	11,4%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	12,70% a.a. PRE	10.545	-	949 11.494	0,6%
Total		1.867.321	159.636	928 2.027.885	100,0%
Circulante				1.785.318	
Não Circulante				242.567	

b) Composição por Prazo de Vencimento

	31/12/2018				
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Ativos Financeiros					
Valor Justo por Meio do Resultado					
Títulos Públicos		10.424	183.189	1.591.193	1.784.806
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	583.635	1.265	59.900
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	-	357.807	357.807
Notas do Tesouro Nacional - NTN-C	-	-	124.554	1.232.121	1.356.675
Títulos Privados					10.424
Cotas de Fundo de Investimento	-	-	-	-	10.424
Disponíveis para Venda					512 242.567
Títulos Públicos					512 242.567
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	231.585	-	231.585
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	-	-	512 10.982	-	11.494
Total		10.424	512 425.756	1.591.193	2.027.885

Os títulos públicos de renda fixa foram avaliados a mercado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Abimac) e as cotas de fundo de investimento são atualizadas com base na cotação divulgada pelos Administradores dos fundos diário.

c) Movimentação das Aplicações

	31/12/2018				
	Saldo em 31/12/2017	Aplicações	Resgates	Ajustes ao Valor de Mercado no Resultado/ Patrimônio Líquido	Saldo em 31/12/2018
Ativos Financeiros					
Valor Justo por Meio do Resultado					
Títulos Públicos	1.612.000	164.675 (273.406)	183.824	97.713	1.784.806
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.593.951	164.675 (264.897)	182.940	97.713	1.774.382
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	18.947	144.680 (107.541)	3.814	-	59.900
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	359.487	- (57.721)	37.384	18.657	357.807
Notas do Tesouro Nacional - NTN-C	1.215.517	19.995 (99.635)	141.742	79.056	1.356.675
Títulos Privados	18.049	- (8.509)	884	-	10.424
Cotas de Fundo de Investimento	18.049	- (8.509)	884	-	10.424
Disponíveis para Venda	248.412	- (21.306)	15.950	23	243.079
Títulos Públicos	248.412	- (21.306)	15.950	23	243.079
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	237.083	- (20.281)	14.748	35	231.585
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	11.329	- (1.025)	1.202	(12)	11.494
Total	1.860.412	164.675 (294.712)	199.774	97.736	2.027.885

	Saldo em 31/12/2016	Aplicações	Resgates	Resultado Financeiro (Nota 12)	Ajustes ao Valor de Mercado no Resultado/ Patrimônio Líquido (Nota 12)	Saldo em 31/12/2017
Ativos Financeiros						
Valor Justo por Meio do Resultado						
Títulos Públicos	1.502.566	540.425	(708.801)	105.884	68.926	1.612.000
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.595.714	443.244	(615.503)	104.570	68.926	1.593.951
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	29.740	103.288	(118.445)	4.347	17	18.947
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	391.094	214.076	(288.515)	43.545	(713)	359.487
Notas do Tesouro Nacional - NTN-C	1.171.880	-	(82.663)	56.678	69.622	1.215.517
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	97.880	(93.280)	-	-	-
Títulos Privados	12.852	125.181	(125.298)	1.314	-	18.049
Cotas de Fundo de Investimento	12.852	97.181	(93.298)	1.314	-	18.049
Disponíveis para Venda	235.275	-	(11.111)	23.386	862	248.412
Títulos Públicos	235.275	-	(11.111)	23.386	862	248.412
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	224.681	-	(10.086)	22.196	292	237.083
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	10.594	-	(1.025)	1.190	570	11.329
Total	1.840.841	540.425	(719.912)	129.270	69.788	1.860.412

d) Garantia das Provisões Técnicas

As seguintes parcelas de ativos estão retidas e/ou vinculadas em garantia às provisões técnicas:

	31/12/2018	31/12/2017
Total de Cobertura	2.017.461	1.842.363
Provisões Técnicas (Nota 8)	1.797.008	1.587.000
Total de Excedente	220.453	254.763

e) Instrumentos Financeiros Derivativos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Evidence não possui saldos com instrumentos financeiros derivativos.

6. Créditos Tributários e Previdenciários

	31/12/2018	31/12/2017
Créditos Tributários (Nota 13.a)	76	10.462
Imposto de Renda a Compensar	23.282	21.283
Contribuição Social a Compensar	19.891	16.800
Total	43.249	48.625
Circulante	43.173	38.163
Não Circulante	76	10.462

7. Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes, bem como a Evidence também não é parte em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível cuja avaliação é de perda provável.

Em 31 de dezembro de 2018, os processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, que com base na opinião dos assessores jurídicos são classificados como risco de perda possível e que não estão sendo provisionados são os seguintes:

As ações de natureza fiscal totalizam em R\$6.885 contendo processo abaixo, e não há valores de ações com classificação de perda possível de natureza trabalhista e cível.

IRPJ - Compensação Não Homologada - a Evidence discute cobrança administrativa, perante a Receita Federal, decorrente de não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamentos a maior ou indevidos de IRPJ. Em 31 de dezembro de 2018, o valor era de R\$6.885.

8. Provisões Técnicas - Previdência Complementar

	Saldo em 31/12/2017	Consti-tuição	Reversão/ Baixa	Excedente Financeiro (Nota 12)	Encargos Financeiros (Nota 12)	Saldo em 31/12/2018
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBAC	1.137.519	23.577	(105.350)	5.419	165.109	1.226.274
Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG	92	1.673	(1.678)	-	-	87
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos - PMBC	313.556	1.186.305	(1.219.361)	-	68.179	348.679
Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL	292	49.034	(49.206)	-	-	120
Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNR	305	2.917	(3.000)	-	-	222
Provisão de Excedente Financeiro - PEF	1.709	34.104	(32.317)	-	-	3.496
Provisão Complementar de Cobertura - PCC (Nota 3.k)	130.307	1.710.443	(1.624.996)	-	-	215.754
Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar - PVR	3.009	85.840	(87.271)	-	77	1.655
Provisão de Despesas Relacionadas - PDR	811	10.916	(11.006)	-	-	721
Total	1.587.000	3.104.809	(3.134.185)	5.419	233.365	1.797.008
Circulante	1.141.217					1.228.358
Não Circulante	446.383					568.650

	Saldo em 31/12/2016	Consti-tuição	Reversão/ Baixa	Excedente Financeiro (Nota 12)	Encargos Financeiros (Nota 12)	Saldo em 31/12/2017
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBAC	1.226.569	65.708	(209.508)	3.378	51.372	1.137.519
Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG	98	3.350	(3.356)	-	-	92
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos - PMBC	321.619	1.131.505	(1.171.381)	-	31.813	313.556
Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL	219	50.218	(50.145)	-	-	292
Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNR	322	3.747	(3.764)	-	-	305
Provisão de Excedente Financeiro - PEF	2.192	40.791	(41.274)	-	-	1.709
Provisão Complementar de Cobertura - PCC (Nota 3.k)	85.395	2.354.579	(2.309.667)	-	-	130.307
Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar - PVR	674	160.843	(158.539)	-		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Gerenciamento de Risco de Liquidez

A Evidence mantém ativos financeiros com liquidez imediata para atender suas obrigações tanto em condições normais quanto adversas. Desta forma, a gestão de ativos e passivos (ALM), analisa conjuntamente seus fluxos de caixa, avalia e gerencia a necessidade de caixa, considerando suas respectivas características.

Periodicamente é realizado o estudo de ALM, quando é efetuada simulação com base no histórico de contribuições e resgates da carteira e análise prospectiva. Os valores futuros de contribuições e resgates são projetados a partir desses níveis iniciais e conforme as demais premissas definidas pelo modelo.

Gestão do Balanço (Ativos e Passivos)

O processo de gestão de ativos e passivos (ALM) analisa os fluxos de caixa e seus respectivos riscos, portanto as decisões sobre seus ativos são tomadas de forma coordenada com seus passivos. Este é um processo contínuo de formulação, monitoramento e revisão das estratégias que são aprovadas nos Comitês de Investimento, respeitando os órgãos reguladores e os limites definidos.

Análise de Sensibilidade das Provisões Técnicas de Previdência

O quadro abaixo demonstra a análise de sensibilidade nas premissas que impactam diretamente os valores das provisões técnicas, sendo cada premissa analisada isoladamente:

Premissas	Impacto no Resultado em 01/01 a 31/12/2018		Impacto no Resultado em 01/01 a 31/12/2017	
	Varição (+)	Impacto do Passivo em 31/12/2018	Varição (-)	Impacto do Passivo em 31/12/2017
Índice de Conversibilidade	+10%	2.345	(1.290)	(2.375)
Taxa de Juros	+10%	(89.668)	49.317	99.713
Mortalidade e Sobrevivência	+10%	(15.556)	8.556	17.104
Inflação	+10%	7.960	(4.378)	(7.960)

Premissas	Impacto no Resultado em 01/01 a 31/12/2017		Impacto no Resultado em 01/01 a 31/12/2017	
	Varição (+)	Impacto do Passivo em 31/12/2017	Varição (-)	Impacto do Passivo em 31/12/2017
Índice de Conversibilidade	+10%	2.288	(1.258)	(2.316)
Taxa de Juros	+10%	(38.454)	21.150	91.251
Mortalidade e Sobrevivência	+10%	(13.276)	7.302	14.591
Inflação	+10%	8.078	(4.443)	(8.078)

A análise de sensibilidade realizada buscou avaliar os efeitos que mudanças nas principais premissas de cálculo do passivo poderiam ter impactado no resultado do período.

As premissas foram testadas isoladamente, ou seja, em cada cenário modificou-se uma premissa enquanto as demais permaneceram inalteradas.

As premissas testadas nesta análise foram:

- índice de conversibilidade: possibilidade de um participante chegar ao final do prazo de diferimento de seu plano de previdência e optar com converter sua reserva matemática em renda vitalícia.

- taxa de juros: em virtude de os planos garantirem uma taxa de juros no período de recebimento de benefício, e no caso dos planos FGB também durante o prazo de diferimento, esta é uma importante premissa a ser avaliada nesta análise.

- mortalidade e sobrevivência: o aumento da expectativa de vida observado nos últimos anos apresenta um fator de risco significativo para os planos de previdência, visto que quanto menor a mortalidade, maior será a sobrevivência, consequentemente maior será o risco associado ao pagamento de rendas vitalícias.

- inflação: como os planos de previdência garantem, além dos juros, inflação através do indexador previsto em cada plano, foram apurados os efeitos de mudanças da inflação observada no último ano.

O excedente financeiro é impactado pelas premissas de taxa de juros e Inflação.

Gestão do Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de incorrer em perdas monetárias provenientes da oscilação dos valores de mercado dos ativos detidos por uma Instituição resultante de variações nas taxas de juros e preços negociados.

A política de gestão de risco da Evidence visa alocar recursos em ativos financeiros que permitam proteger os resultados da empresa sempre observando as exigências de liquidez. A estrutura de limites é definida pela área de controle de riscos e aprovada em comitê observando a governança estabelecida.

A mensuração do risco de mercado é realizada com base na sensibilidade MVE definida a seguir:

• MVE (Market Value of Equity): avalia a variação absoluta do valor de mercado dos fluxos de caixa de um título ou de uma carteira para uma variação paralela de 1% na curva de juros.

A política de investimentos da Evidence tem como objetivo manter estáveis os resultados ao longo do tempo e proteger o valor de mercado da Companhia mantendo a sensibilidade MVE próxima de zero.

O quadro resumo abaixo, sintetiza os valores de sensibilidade ao valor patrimonial das operações estruturais da Evidence para cada um dos cenários abaixo da carteira no dia 31 de dezembro de 2018:

Carteira Banking - Fatores de Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Inflação	(1.850)	(19.734)	(33.115)
Total (1)	(1.850)	(19.734)	(33.115)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

As análises de sensibilidade foram efetuadas, de acordo com a norma Circular SUSEP 517/2015 e alterações posteriores, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente nossas posições:

Cenário 1: Choque de +10bps e -10bps em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco;

Cenário 2: Choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco; e

Cenário 3: Choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Gestão de Capital

A gestão do capital considera os níveis regulatórios e econômicos. O objetivo é alcançar uma estrutura de capital eficiente nos termos de custos e compliance, cumprindo os requerimentos do órgão regulador e contribuindo para atingir as metas e expectativas dos investidores. O gerenciamento de capital inclui rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, aumento de capital através da emissão de ações, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos.

A fim de gerir adequadamente o capital, é essencial estimar e analisar futuras necessidades, em antecipação das várias fases do ciclo de negócio. Projeções de capital regulatório e econômico são realizadas e baseadas em projeções financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstração dos Resultados, etc.) e em cenários macroeconômicos estimados pelo serviço de pesquisa econômica. Estas estimativas são utilizadas pela Evidence como referência para o plano de ações gerenciais necessários para atingir seus objetivos.

No que se refere às questões regulatórias, a Evidence adota os critérios de cálculo determinados para obter informações relevantes sobre a adequação de seu capital, considerando os seguintes conceitos:

- Patrimônio Líquido Ajustado: tem o objetivo de apurar de forma mais qualitativa e estrita os recursos próprios da Evidence possibilitando a execução de suas atividades diante de oscilações e situações adversas dos negócios. Calculado com base no patrimônio líquido contábil da Evidence que é ajustado conforme determinado na Resolução CNSP 321 de 2015 e alterações posteriores.

- Capital Mínimo Requerido (CMR): é o capital total que a Evidence deverá manter para operar, sendo equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco, conforme o Art. 65, III da Resolução CNSP 321 de 2015 e alterações posteriores.

O demonstrativo analítico com os cálculos de adequação do capital da Evidence estão demonstrados na Nota 9.

Tabela de Desenvolvimento de Sinistros

Sinistros Ocorridos	Triângulo Acumulado de Desenvolvimento de Sinistros												
	Avisos no Mês de Ocorrência	Avisos Um Mês Depois	Avisos Dois Meses Depois	Avisos Três Meses Depois	Avisos Quatro Meses Depois	Avisos Cinco Meses Depois	Avisos Seis Meses Depois	Avisos Sete Meses Depois	Avisos Oito Meses Depois	Avisos Nove Meses Depois	Avisos Dez Meses Depois	Avisos em Dezembro de 2018	Total
Janeiro-2018	509	509	509	509	509	509	509	509	509	508	508	508	6.105
Fevereiro-2018	16	16	16	16	16	16	17	17	17	17	17	17	181
Março-2018	42	42	41	41	41	41	41	41	41	41	-	-	412
Abril-2018	8	8	9	9	9	8	8	8	8	-	-	-	75
Mai-2018	8	8	8	8	8	7	7	7	-	-	-	-	61
Junho-2018	8	8	8	8	8	9	9	-	-	-	-	-	58
Total	591	591	591	591	591	590	591	582	575	566	525	508	6.892

Sinistros Pagos	Triângulo Acumulado de Pagamento de Sinistros												
	Avisos no Mês de Ocorrência	Avisos Um Mês Depois	Avisos Dois Meses Depois	Avisos Três Meses Depois	Avisos Quatro Meses Depois	Avisos Cinco Meses Depois	Avisos Seis Meses Depois	Avisos Sete Meses Depois	Avisos Oito Meses Depois	Avisos Nove Meses Depois	Avisos Dez Meses Depois	Avisos em Dezembro de 2018	Total
Janeiro-2018	499	499	499	499	499	499	499	499	499	498	498	498	5.985
Fevereiro-2018	16	16	16	16	16	16	17	17	17	17	17	-	181
Março-2018	42	41	41	41	41	41	41	41	41	41	-	-	412
Abril-2018	8	8	9	9	9	8	8	8	8	-	-	-	75
Mai-2018	8	8	8	8	8	7	7	7	-	-	-	-	61
Junho-2018	8	8	8	8	8	9	9	-	-	-	-	-	58
Total	581	581	581	581	581	580	581	572	565	556	515	498	6.772

16. Outras Informações

A Companhia adotou a prerrogativa de aderir ao Comitê de Auditoria Único na instituição líder do Conglomerado Financeiro do Santander, nos termos do artigo 131 da Resolução CNSP 321/2015 e alterações posteriores. O resumo do relatório do referido comitê foi divulgado e publicado em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/rj.

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETORA PRESIDENTE

Maria Lúcia Ettore do Valle

DIRETORES EXECUTIVOS

Amancio Acúrcio Gouveia

Marcio Giovannini

CONTADOR

Leonardo Santicoli - CRC 1 SP-265213/O-3

ATUÁRIO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Ricardo da Silva Santana - MIBA 2397

DIRETOR RESPONSÁVEL TÉCNICO

Amancio Acúrcio Gouveia

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **Evidence Previdência S.A.** em 31 de dezembro de 2018, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019.

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.

Av. Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino

São Paulo - SP - Brasil 05001-903

CNPJ 02.646.397/0001-19

CIBA 105

Carlos Eduardo Silva Teixeira

MIBA 729

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019.



pwc

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 25P000160/O-5

Maria José De Mula Cury

Contadora CRC 1SP192785/O-4